



Prefeitura Municipal De Três Ranchos

LEI MUNICIPAL N° 1.266 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025.

SANCIONO A PRESSENTE LEI EM TODOS OS
SEUS ARTIGOS. PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE

29/10/2025
Haroldo Calça Coelho
PREFEITO MUNICIPAL

“Institui no Município de Três Ranchos do Estado de Goiás a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública prevista no artigo 149-A da Constituição da República Federativa do Brasil, e dá outras providências”.

HAROLDO CALAÇA COELHO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Constituição Federal, FAZ SABER, que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Três Ranchos/Goiás, a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. O serviço previsto no *caput* deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art. 2º A CIP incide sobre o consumo de energia elétrica e é devida pelas pessoas físicas ou jurídicas e a estas equiparadas, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município de Três Ranchos.

Art. 3º Contribuinte (o sujeito passivo da CIP) é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão.

Art. 4º A base de cálculo da CIP é o valor mensal do consumo total dos componentes do custo de energia elétrica faturada, constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora.

Art. 5º O fato gerador da CIP é a existência e funcionamento dos serviços de iluminação pública nos termos do artigo anterior.

Parágrafo único: o contribuinte da CIP será intensificado pelo número da ligação elétrica fornecida pela concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Art. 6º As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kw/h, conforme a tabela do Anexo I, que é parte integrante desta Lei.



Prefeitura Municipal De Três Ranchos

Art. 7º - Ficam isentos do recolhimento da contribuição:

I - Os contribuintes constantes na faixa de isentos, conforme a tabela do Anexo I desta lei.

Art.8º Caberá à Secretaria de Finanças proceder o lançamento da CIP, tendo por base o somatório do valor dessa Contribuição, constante das correspondentes faturas de energia elétrica dos consumidores deste Município, informado pela Concessionária de Energia, em até 10 (dez) dias antes do vencimento destas.

Art. 9º A CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

Art.10º A CIP será cobrada mensalmente, junto com a fatura de energia elétrica emitida pela empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Três Ranchos, condicionada à celebração de contrato ou convênio.

§ 1º O Poder Executivo fica autorizado a celebrar contrato ou convênio com a concessionária ou permissionária de energia elétrica atuante no Município para a arrecadação da CIP devida pelos contribuintes que possuam ligação regular de energia elétrica e estejam cadastrados junto à distribuidora.

§2º O convênio ou contrato a que se refere o *caput* deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, podendo reter os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supracitados.

Art. 11º Fica atribuída a responsabilidade tributária à empresa Concessionária de Energia Elétrica, que deverá cobrar a CIP dos contribuintes com faturamento ativo, na fatura de consumo de energia elétrica e repassar o valor do tributo lançado à conta do Município.

Parágrafo único. Entende-se como contribuinte com faturamento ativo, aquele que tiver contas faturadas ou emitidas em seu nome, no mês corrente.

Art. 12º O pagamento da CIP será efetuado até a data prevista para o vencimento da fatura mensal de energia elétrica, conforme estipulado pela Concessionária de Energia elétrica.

Art.13º À falta de repasse ou o repasse menor da CIP pelo responsável tributário, nos prazos e condições estabelecidos nesta lei, implicará além de atualização monetária, nas onerações de mora de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal.

§1º O débito lançado de que trata o art. 8º, desta Lei, não adimplido no prazo estipulado será inscrito em Dívida Ativa do Município, à conta do responsável tributário – Concessionária de Energia Elétrica, de conformidade com o Código Tributário Municipal.



Prefeitura Municipal De Três Ranchos

§2º Independentemente das medidas administrativas e judiciais cabíveis, iniciado o procedimento fiscal, a falta de repasse, ou o repasse a menor, da CIP pelo responsável tributário, no prazo previsto em lei, constitui apropriação indébita e acarretará a aplicação, de ofício, da penalidade de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da CIP não repassada, ou repassada a menor apurada pela Fiscalização.

Art. 14º O produto da Contribuição constituirá receita destinada a cobrir os dispêndios da Municipalidade decorrentes do custeio do serviço de iluminação pública.

Parágrafo único- O Custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I- Despesas com energia consumida pelo serviços de iluminação pública;
- II- Despesas com administração, operações, manutenção, ampliação das respectivas redes, instalações e equipamentos.

Art. 15º Os recursos provenientes da cobrança da CIP serão depositados em conta específica do Município, e serão utilizados exclusivamente para pagamento das despesas de consumo de energia elétrica em iluminação pública, instalação, manutenção e ampliação das respectivas redes, instalações e equipamentos.

Art. 16º O valor da CIP será reajustado anualmente pelo índice nacional de preços ao consumidor- INPC.

Art. 17º Esta Lei entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação, integrando para todos os efeitos o código tributário do Município de Três Ranchos/Goiás.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Ranchos Estado de Goiás, aos 29 de outubro de 2025.


HAROLDO CALÇA COELHO

Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal De Três Ranchos****ANEXO I**

Classe	Faixas de Consumo medido		Valor COSIP
	De (kWh)	Até (kWh)	Valor
Residencial	0	50	Isento
	51	100	R\$ 10,95
	101	150	R\$ 12,95
	151	200	R\$ 14,95
	201	250	R\$ 16,95
	251	300	R\$ 18,95
	301	350	R\$ 20,95
	351	400	R\$ 22,95
	401	450	R\$ 24,95
	451	500	R\$ 26,95
Comercial	501	1000	R\$ 28,95
	Maior 1001		R\$ 30,95
	0	50	Isento
	51	100	R\$ 12,95
	101	150	R\$ 14,95
	151	200	R\$ 16,95
	201	250	R\$ 18,95
	251	300	R\$ 20,95
	301	350	R\$ 22,95
	351	400	R\$ 24,95
Industrial	401	450	R\$ 26,95
	451	500	R\$ 28,95
	501	1000	R\$ 30,95
	Maior 1001		R\$ 32,95
	0	50	Isento
	51	100	R\$ 22,95
	101	150	R\$ 24,95
	151	200	R\$ 26,95
	201	250	R\$ 28,95
	251	300	R\$ 30,95
Industrial	301	350	R\$ 32,95
	351	400	R\$ 32,95
	401	450	R\$ 36,95
	451	500	R\$ 38,95
	501	1000	R\$ 40,95
	Maior de 1001		R\$ 42,95


Haroldo Calaca Coelho
Prefeito Municipal
de Três Ranchos



Prefeitura Municipal De Três Ranchos

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICAMOS para os devidos fins que se fizerem necessários, de conformidade com o Art. 92 da Lei Orgânica Municipal, que a **Lei Municipal nº 1.266/2025- de 29 de outubro de 2025**, que “**Institui no Município de Três Ranchos do Estado de Goiás a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública prevista no artigo 149-A da Constituição da República Federativa do Brasil, e dá outras providências**”, foi publicada no placar próprio desta Prefeitura no dia 29 outubro de 2025, e no portal eletrônico do Município.

Por ser verdade, firmo a presente.

Três Ranchos, aos 29 de outubro de 2025.

Flaviana Bernardes de Melo
Secretária Municipal de Administração e Planejamento